



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº , DE 2023**  
(Do Senhor Deputado **JUNIO AMARAL**)

Requer a convocação da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, para prestar esclarecimentos sobre a captação, destinação e aplicação de recursos do Fundo Amazônia.

**Senhora Presidente,**

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, IV e 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a convocação da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, para prestar esclarecimentos sobre a captação, destinação e aplicação de recursos do Fundo Amazônia.

**JUSTIFICATIVA**

Em 17 de outubro de 2023, na CPI das ONGs do Senado Federal, foi tomado o depoimento do diretor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), André Guimarães.

Durante a tomada de depoimento, assim conforme documentos recebidos pela CPI das ONGs, foi apontado que o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) teria recebido R\$ 780 milhões desde que foi criado.



Além disso, em seu depoimento, o diretor executivo do IPAM, André Guimarães, admitiu ainda que 75% dos recursos do Instituto têm origem em entidades públicas ou fundações e entidades filantrópicas internacionais. “O orçamento médio do Instituto é de aproximadamente R\$ 23 milhões, nos últimos 10 anos”, afirmou o diretor.

Em 2022, o orçamento do IPAM foi de R\$ 39 milhões e os levantamentos mostram que mais de 50% do arrecadado serviu para pagar os salários dos funcionários da ONG<sup>1</sup>.

E se for somado o que a ONG gastou com viagens, parcerias e consultorias, foi consumido perto de R\$ 30 milhões, mais de 80% do orçamento, com a própria estrutura.

Nessa ocasião, o presidente da CPI criticou que os R\$ 24 milhões que a ONG recebeu do Fundo Amazônia seguiu o mesmo padrão, com uma quantia irrisória de fato chegando e beneficiando a população amazônica.

Acerca disso, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) tem como conselheira honorária a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva<sup>2</sup>, a qual também é titular do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA)<sup>3</sup>, representando o Governo Federal no órgão responsável por estabelecer as diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, acompanhar as informações sobre a aplicação dos recursos e aprovar o Relatório de Atividades do Fundo Amazônia.

Com isso, questionamentos foram suscitados sobre a atuação da Ministra, a qual poderia estar atuando para privilegiar ONGs ao facilitar a distribuição do Fundo Amazônia.

Outra consideração é que as queimadas no Estado do Amazonas aumentaram e chegaram a deixar o ar da capital, Manaus,

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/17/ong-bancada-por-dinheiro-estrangeiro-e-questionada-em-cpi>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://ipam.org.br/o-ipam/equipe/>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/COFA/>



completamente poluído devido ao volume de fumaça, razão pela qual foi decretada emergência ambiental<sup>4</sup>.

Dessa forma, o que se tem suscitado, em consonância com os levantamentos e depoimentos mencionados na CPI das ONGs do Senado Federal, é que os recursos do Fundo Amazônia não estariam sendo dedicados ao seu propósito, conforme as finalidades previstas no Decreto nº 6.527, de 2008.

Portanto, tendo em vista as competências da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, dentre elas a de acompanhamento e fiscalização orçamentária e operacional da União e das entidades da administração direta e indireta, se faz necessária a convocação da Ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima para fins de esclarecimentos quanto aos repasses do Fundo Amazônia e o cumprimento de suas finalidades nas aplicações pelas entidades beneficiadas.

Assim, peço e conto com o apoio dos nobres Pares na aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2023.



Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

<sup>4</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/09/12/com-quase-4-mil-queimadas-so-em-setembro-amazonas-decreta-emergencia-ambiental.ghtml>

